

## Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2294814120190405151223

### Processo 0800311-85.2019.8.23.0030 ☆ - (22 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais   Informações Adicionais   Partes   Movimentações   Apensamentos (0)   Vínculos (0)

#### Realces

**Realçar Movimentos de:** ☐ Magistrado   ☐ Servidor   ☐ Advogado   ☐ Membro MP   ☐ Defensor   ☐ Procurador   ☐ Outros   ☐ Audiência

**Ocultar Movimentos:** ☐ Inválidos   ☐ Sem Arquivo   ☐ Hab. Provisória

#### Filtros

**Movimentado Por:** ☐ Advogado   ☐ Defensor de Justiça   ☐ Entidades Remessa   ☐ Magistrado   ☐ Procurador   ☐ Servidor

**Sequencial(Intervalo):**  ao  **Data do Movimento(Período):**  à

**Descrição:**

10 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 10

500 por pág.   1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<input type="checkbox"/>	10	05/04/2019 15:12:23 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE</b>	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
<div>10.1 Arquivo: Petição</div> <div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO   2578345PETICAODEPROVASJUR01.PDF   Público ALVES BARBOSA FILHO,</div>			
<input type="checkbox"/>	9	05/04/2019 15:04:51 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO</b> Em cumprimento à citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
	8	28/03/2019 10:12:22 <b>LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA</b> Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 28/03/2019 referente ao evento de expedição seq. 7.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO <b>Procurador</b>
<input type="checkbox"/>	7	27/03/2019 11:31:36 <b>EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE</b> Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis	Rayson Alves de Oliveira <b>Analista Judiciário</b>
<input type="checkbox"/>	6	18/03/2019 11:52:57 <b>CONCEDIDO O PEDIDO</b>	EVALDO JORGE LEITE <b>Magistrado</b>
	5	13/03/2019 16:46:26 <b>CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL</b>	SISTEMA CNJ
	4	13/03/2019 16:46:26 <b>RECEBIDOS OS AUTOS</b>	SISTEMA CNJ
	3	13/03/2019 16:46:26 <b>REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR</b> Registro de Distribuição	SISTEMA CNJ
	2	13/03/2019 16:46:26 <b>DISTRIBUÍDO PARA COMPETÊNCIA EXCLUSIVA</b> Vara Cível Única de Mucajaí	SISTEMA CNJ
<input type="checkbox"/>	1	13/03/2019 16:46:26 <b>JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL</b>	PAULO SERGIO DE SOUZA <b>Advogado</b>



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MUCAJAI/RR

**Processo:** 08003118520198230030

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ARTHUR ANTUNES COIMBRA ARAUJO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. , manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474 do STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09 e Súmula 474 do STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

MUCAJAI, 29 de março de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**